



O BREVE CATECISMO DOS ESTRATEGISTAS

SEIS QUESTÕES SEM RESPOSTAS

(Conferência efetuada por Philip A. Crowl, em 06 de outubro de 1977, na Academia da Força Aérea dos Estados Unidos)

Adaptação: Ten Cel Av LUIZ FERNANDO BARBEDO

Primeiramente, permitam-me trazer as saudações da Escola mais antiga à Academia da mais jovem arma da Nação. A Escola de Guerra Naval dos Estados Unidos, a qual sinto-me honrado em representar diante desta distinta audiência, foi fundada em 1884, portanto, 93 anos atrás. Agora, antes que vocês desprezem este fato como sendo um simples "fato do passado", deixem-se lembrá-los de algo que pode ter escapado. É o seguinte: Quando esta instituição, a Academia da Força Aérea, celebrar seu 93.^o aniversário, alguns de vocês ainda estarão por aí. Nessa data, que eu calculo deve ocorrer pelo ano 2047, alguns de vocês ainda estarão vivos, ainda que decrépitos e, sem dúvida, com muitas lembranças enfadonhas daqueles velhos dias, em que a Academia da Força Aérea era jovem e grandiosa.

Eu mencionei isto apenas para chamar a atenção de vocês para este fato que pode passar despercebido, isto é, muito do que passa para a História hoje, se perde na memória dos homens vivos. O passado não é tão remoto como às vezes parece ser. Muitas coisas se desenrolaram, como vocês um dia compreenderão, apenas ontem.

A esta altura estão provavelmente esperando que eu me lance em uma ardente defesa do estudo da História, sua relevância e sua utilidade a vocês como cidadãos e como futuros Oficiais da Força Aérea. Historiadores profissionais como eu estão, provavelmente, ficando preocupados com este assunto, especificamente quando observamos os declinantes números dos matriculados em cursos superiores de História, bem como o declínio do mercado de monografias sobre História. Vocês ficarão aliviados, pois esta noite eu não pretendo entrar em nenhum argumento a respeito da relevância da História — mesmo porque eu penso que isto não é um problema. A utilidade da História é, assim me parece, auto-evidente, e eu não fui convocado para defendê-la. História é simplesmente a memória gravada. Pessoas sem memória são mentalmente doentes. Assim também são nações, sociedades ou instituições que rejeitam ou negam a relevância de seu passado histórico.

A questão, então, não é se a História é útil, mas sim como ela é usada. Aqui, sim, há espaço para um honesto argumento! E desde que nós estamos preocupados, esta noite, com a formulação da estratégia militar, deixem-nos explorar por um momento como os estrategistas de gerações passadas têm, de fato, usado a História para seus propósitos práticos.

Há uma centena de anos atrás, nenhum estudante sério da arte da guerra teria sonhado em contestar a proposição de que a História tinha ensinado úteis lições aos praticantes militares. Naqueles tempos, quando os dogmas da Teologia foram abandonados em favor das certezas da ciência, foi mantido como axiomático que a História provia os dados reais dos quais podiam ser deduzidas as “científicas leis da guerra”. Essas leis podiam ser expressas como “os princípios da guerra”. E a busca desses princípios foi, nas palavras de Maurice Matloff, um historiador do Exército dos Estados Unidos, um esforço para “destilar, da grande massa da experiência militar de muitos séculos, simples mas fundamentais verdades para guiar os comandantes através da obscuridade da guerra”.

Essa foi a suposição básica do Comandante Alfred Thayer Mahan, que veio para a Escola de Guerra Naval logo após a sua criação, para ensinar História Naval. Como a maioria dos tão falados historiadores científicos do século XIX, Mahan acreditava firmemente que o estudo da História permitiria a descoberta de certos princípios imutáveis no campo das questões humanas, comparáveis às leis que governam o universo físico.

Ele acreditava, especificamente, que do estudo da História Naval emergiriam certos princípios de estratégia marítima, certas verdades permanentes de igual aplicabilidade hoje como ontem e amanhã como hoje. Ou, extraído do primeiro grande trabalho de Mahan, *A Influência do Poder Marítimo Sobre a História, 1660-1783*: “Enquanto as várias condições da guerra variam de tempos em tempos com o progresso dos armamentos, existem certos ensinamentos na Escola de História, os quais permanecem constantes e que podem ser elevados ao nível de princípios gerais. Pela mesma razão, o estudo da História Marítima do passado será instrutiva, pela ilustração dos princípios gerais da guerra marítima”.

Agora, se Mahan foi ardente em sua pesquisa pelos princípios gerais de guerra para guiar os estrategistas navais, os estrategistas do Exército, em todo o mundo ocidental, o foram ainda mais na “Kriegsakademie” em Berlim, na “École Supérieure de Guerre” em Paris, e no “US Army War College” em Carlisle, Pensilvânia. Grandes esforços foram feitos para desenvolver um corpo de princípios gerais que, presumivelmente, governavam a conduta da guerra em terra. Mas se esses analistas militares concordaram que a História ensinou claras e úteis lições e que essas lições poderiam ser expressas em termos de leis científicas ou “princípios”, eles não concordaram necessariamente com respeito a que princípios eram esses, ou mesmo quantos eram.

O General suíço Jomini e o Marechal francês Foch, por exemplo, enumeraram quatro princípios cada um, mas suas listas guardavam pouca semelhança. Os manuais do exército, durante anos, adicio-

naram ou subtraíram princípios da lista oficial, e em 1968 estabeleceram o número de nove “verdades fundamentais que governam a condução da guerra”. Estas são, em ordem: Objetivo, Ofensiva, Massa, Economia de Força, Manobra, Unidade de Comando, Segurança, Surpresa e Simplicidade — todas devidamente inscritas no Manual 100-5 do Exército, em letras capitais, como as eternas verdades devem estar. Mas, como o próprio Manual assinala, estes princípios “podem tender a reforçar um ao outro, ou estar em conflito”. E, como historiadores oficiais do Exército admitiram, tanto a violação quanto a observância desses princípios tem levado a freqüentes sucessos no campo de batalha. Não é de admirar, então, que na mais recente versão do Manual FM 100-5 (1976), as referências específicas aos princípios de guerra foram omitidas completamente.

Portanto, somos levados a perguntar: “Até onde eles são bons?” ... ou foram? Devem ser eles olhados, realmente, como “verdades fundamentais”, ou são eles meros truísmos, pleonasmos viciosos, vazias e fúteis banalidades? O velho pronunciamento solene do Manual do Exército de Campanha de que “todas as operações militares devem ser direcionadas para um objetivo claramente definido, decisivo e atingível” é realmente muito mais útil do que a famosa afirmação de Calvin Coolidge de que “quando muitos homens estão fora do trabalho, o resultado é o desemprego”? Se isto é o produto final de anos de intensivo estudo de vários séculos de atividades bélicas, então quais são realmente as utilidades da História? Que valor prático, se houver algum, podem os líderes militares e civis deduzirem do estudo histórico da guerra, ou de suas causas e conseqüências?

Mas, na verdade, as leis científicas da guerra não podem ser deduzidas da História pela razão óbvia de que a História nunca se repete igualmente. O presente nunca é análogo ao passado, e aqueles que extraem simples analogias entre passado e presente estão predestinados ao fracasso. Mesmo Mahan, por toda sua dedicação em busca das verdades fundamentais, esteve consciente do perigo das analogias históricas. Embora ele acreditasse que existiam “certos ensinamentos nas escolas de História que permanecem constantes”, ele também alertou que, por causa das rápidas mudanças tecnológicas, “as teorias acerca da guerra marítima do futuro são quase que completamente presumíveis”. Ele alertou sobre a “tendência de não apenas de desprezar pontos de diferença, mas de exagerar pontos de semelhança” entre o passado e o presente. Em resumo, Mahan, por todo o seu esforço pa-

ra deduzir princípios de guerra do estudo da História Naval, foi, pelo menos, consciente de que o passado não poderia ser usado como um precioso instrumento de previsão.

Então por que nós, preocupados com as grandes questões de guerra e paz, estratégia e política, generalismo e estadismo, continuamos a estudá-la? Minha resposta não é o podemos prever o futuro com base no passado, porque na maioria das vezes não podemos. Minha resposta é, simplesmente, que o estudo da História nos auxiliará a formular as questões corretas para que possamos definir o problema — qualquer que seja ele.

Portanto o que me proponho a fazer é esboçar algumas das questões que a História sugere que os estrategistas devam perguntar antes de começarem uma guerra, ou antes de tomarem atitudes que possam levar a uma guerra, ou antes de empreenderem uma campanha de guerra, ou antes de terminarem uma guerra na qual já estão engajados. Por estrategistas denomino líderes militares e civis, a quem esta e outras nações têm confiado maior responsabilidade no processo decisório de assuntos dessa natureza, e em seus assistentes e auxiliares, entre os quais, sem dúvida, estarão incluídos alguns de vocês, algum dia.

Especificarei, então, seis perguntas, com variações em cada uma delas. O número é arbitrário e poderia, sem dúvida, ser facilmente ampliado, ainda que talvez não tão facilmente reduzido. Todas essas questões são sugeridas pela História da guerra e da diplomacia no mundo ocidental por mais de um século e meio.

A primeira e mais fundamental questão a ser levantada acerca de futuras e possíveis guerras ou outras ações militares é: “De que se trata”? Ou nas palavras do Marechal Foch, “De quois S’agit il”? Quais os interesses nacionais e objetivos, políticos que serão servidos pela proposta ação militar? Até onde vai o valor atribuído a esses interesses e objetivos, e qual é o seu preço justo?

É, certamente, ao grande estrategista alemão Carl Von Clausewitz, que nós devemos a primeira formulação precisa do conceito que se encontra atrás desta questão. “Guerra não é passatempo”, escreveu Clausewitz, “é um meio sério para um fim sério... guerra... é um ato de política... guerra... é uma continuação da atividade política por outros meios... O objeto político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo... guerra não deve ser pensada como algo autônomo, mas sempre como um instrumento da política... guerra é simplesmente uma continuação do in-

tercurso político com a adição de outros meios... sua gramática, realmente, pode ser sua própria, mas não sua lógica..."

Portanto, quando a possibilidade de guerra se apresenta, os líderes políticos e militares devem se perguntar: "Quais objetivos políticos específicos serão servidos por ir à guerra; quais interesses nacionais específicos exigem a perseguição destes objetivos; estes interesses e objetivos valem o preço de uma guerra?"

Tenho dito que os líderes militares e políticos devem levantar esta questão, porque frequentemente eles não o fazem e, quando isto ocorre, o resultado final pode ser desastroso.

Deixem-nos tomar o exemplo da Alemanha, em 1914. Por que o Kaiser e seus assessores optaram pela guerra em duas frentes contra a França e a Rússia? A despeito do fato de que eles reclamassem serem vítimas do cerco, os alemães não sofriam nenhum claro e presente perigo de ataque por parte de nenhum de seus vizinhos quando a crise de julho eclodiu. Seu domínio na Europa Central era inquestionável; eles eram, em essência, um "Poder Saciado". Não obstante, eles deram aos seus aliados austríacos um "cheque em branco" para fazer excessivas exigências na Sérvia, as quais podiam somente conduzir a Rússia, aliada da Sérvia, a desenvolver ações militares, que quase inevitavelmente levariam a uma guerra generalizada. Por quê? A resposta final tem iludido historiadores por mais de sessenta anos. Foram os alemães impotentes para manter a Áustria em cheque? Não, realmente. Os compromissos sobre a questão da sensível região dos Balcãs tinham sido resolvidos antes, e podiam ter sido resolvidos novamente. Estavam eles desejando a posse de colônias francesas ou inglesas em outros continentes? Sim, mas não o suficiente para ir à guerra por causa de poucas longíquas colônias na África e Ásia. O descontentamento interno era tão inquietante para a liderança alemã, a ponto dela aceitar a guerra como um instrumento para provocar um curto-circuito na agitação social? Alguns historiadores têm sugerido ser esta uma resposta, mas não convincente. A resposta, creio, é que simplesmente o Kaiser e seus assessores diretos, especialmente os militares, foram estúpidos. Faltou-lhes a inteligência para analisar os custos e benefícios da guerra em que eles tão levianamente embarcaram. Eles negligenciaram seriamente a questão fundamental: "Qual é o objetivo e qual o seu valor?"

"Estúpido" não é a palavra que alguém aplicaria a nossos próprios líderes e seus assessores que

decidiram sobre a mudança em uma guerra generalizada no Vietnã.

Eles foram, nas irônicas palavras de David Halbrestart, "os melhores e os mais brilhantes" de sua geração. Mas certamente as suas falhas também foram de ordem intelectual, que dão suficiente atenção a pergunta: "De que se trata?" Quais foram nossos objetivos nacionais e quais interesses nacionais estavam em jogo? Isto nunca foi esclarecido naquele tempo e ainda não é nos dias de hoje. Foi, primeiramente, para conter a expansão do comunismo monolítico Sino/Soviético cuja marionete era Ho Chi Min? Este foi certamente o mais largamente propagado de nossos objetivos. Mas, era Ho Chi Min, realmente, uma marionete de Moscou e Pequim? Possivelmente, mas não foi provado. Com respeito ao comunismo monolítico, por volta do início da década de 1960, já estava se tornando evidente que o bloco Sino/Soviético estava se rachando. Estávamos sob a obrigação de tratados para intervir maciçamente no Vietnã? Absolutamente não. Nem como membro na ONU nem como membro na Organização do Tratado do Sudeste da Ásia nos exigiam que assim fosse feito. Tinham os Estados Unidos algum interesse vital no Sudeste da Ásia? Não era aparente, nem sob o ponto de vista estratégico nem econômico. Certamente nós não tínhamos nenhum envolvimento histórico naquela região. Os franceses haviam abandonado a área. Por que deveríamos nos mudar para lá? O Presidente Eisenhower tinha alertado que, se o Vietnã caísse em mãos comunistas, o mesmo poderia acontecer nas outras nações do Sudeste da Ásia, tal como uma "fileira de dominós". O problema com a teoria do dominó é que na melhor das hipóteses ela foi altamente conjectural, e na pior ela pedia uma pergunta, esta sendo: "Quais são os interesses vitais americanos que necessitam proteção dos dominós caídos?" Por fim, os defensores do nosso envolvimento militar no Vietnã tiveram que recorrer ao argumento de que a credibilidade e a honra nacional estavam em jogo; que, tendo criado a República do Vietnã, nós estávamos moralmente obrigados a preservá-la; que, tendo dispendido tanto sangue e riquezas no Vietnã, nós estávamos sob a obrigação moral de nos tornar bem sucedidos. Estas podem ter sido legítimas razões para lutar no Vietnã, uma vez que nós estávamos profundamente envolvidos. Realmente, estas são as razões que me persuadiram a apoiar a continuação da guerra até uma conclusão aceitável. Mas elas não são razões válidas para o nosso envolvimento inicial. Nossa honra e credibilidade nacionais não estavam em jogo até que nós as colocamos. Não houve ne-

nhuma essencial necessidade de tê-lo feito. Tivessem o Presidente Kennedy ou o Presidente Johnson os seus assessores pensado nos prováveis custos e benefícios do nosso envolvimento militar inicial no Vietnã, parece altamente duvidoso que eles teriam agido da maneira como o fizeram. Eles negligenciaram a perguntar as questões corretas.

A segunda questão para os estrategistas não diz respeito à decisão de ir à guerra, mas sim aos métodos próprios de lutar a guerra quando esta se inicia. Supondo que uma nação em guerra tem alguns objetivos racionais, a questão seguinte é: "Está a estratégia militar nacional adequada para atingir os objetivos nacionais políticos?" O que esta questão sugere é que existe uma estreita correlação entre os fins políticos da guerra e os meios militares empregados para atingir esses fins.

Um dos grandes mestres na realização de tal correlação foi certamente Count Otto Von Bismarck. Tomemos a guerra austro-prussiana como exemplo. O propósito de Bismarck, ao provocar a guerra com a Áustria, era consolidar os vários estados separados da Alemanha dentro de um império sob dominação prussiana. Para consegui-lo, as pretensões da velha Áustria de liderar os povos de língua germânica tinham de ser eliminadas. Uma derrota militar decisiva seria suficiente para diminuir o prestígio austríaco até a um ponto onde a Prússia poderia facilmente estabelecer sua proeminência. E quando, de fato, os prussianos derrotaram o exército austríaco em Koniggratz, Bismarck simplesmente encerrou a guerra. Os generais prussianos queriam prosseguir na vitória, marchar sobre Viena e humilhar os austríacos e seu imperador. Mas Bismarck vetou a proposta pela simples razão de que ela era redundante. O objetivo da guerra tinha sido atingido e era agora mais útil cultivar a boa vontade dos austríacos do que prolongar as hostilidades. Bismarck compreendia perfeitamente bem que os inimigos de hoje podem se tornar os amigos de amanhã e vice-versa.

O mesmo não pode ser dito de Franklin Roosevelt, em 1945, quando a vitoriosa campanha contra a Alemanha de Hitler estava chegando ao fim. Certamente os exércitos de Eisenhower foram capazes de penetrar mais profundamente em direção ao leste dentro da Alemanha e da Tchecoslováquia, o que na realidade não fizeram. Mas nem Roosevelt, nem seu sucessor Harry Truman ordenaram que o General assim o fizesse. Na falta de uma direção política para que fizesse o contrário, Eisenhower parou no Rio Elba e negou a permissão ao General Patton para prosse-

guir para Praga. Ele sentia-se plenamente justificado nessa decisão pelo campo puramente militar e apenas nesse campo ele estava provavelmente correto. Não obstante, naquele tempo já era claro para muitos, que havia boas razões políticas — mais do que absolutamente necessário — para impedir os exércitos soviéticos de invadirem a parte central da Europa. Como Churchill colocou: "Eu suponho ser altamente importante que devam cumprimentar os russos tão ao leste quanto for possível".

Não obstante, Washington recusou reconhecer a idéia de que a política deve dominar a estratégia eo General Marshall foi ainda mais longe com respeito a mostrar-se resistente à liberação de Praga pelos aliados ocidentais, argumentando que "ele estava reticente a pôr mais vidas americanas em perigo por propósitos puramente políticos". Realmente, esta é uma curiosa afirmação de experimentado soldado/estadista, tal como George C. Marshall. Alguém poderia perguntar: "Pelo que mais foi a guerra conduzida, se não por propósitos políticos?". A confusão entre fins e meios, que a afirmação de Marshall sugere, pode estar provavelmente baseada na declaração pública de Roosevelt de que o único objetivo da guerra era "Rendição Incondicional". Ele fez esta declaração em Casablanca, em janeiro de 1943. Dali em diante ele deu pequena importância ao equilíbrio do poder na Europa no pós-guerra. A doutrina de "Rendição Incondicional" tendeu a cegar Washington para a probabilidade de que a total remoção da ameaça germânica neste equilíbrio, automaticamente, levantaria outra ameaça vinda da União Soviética. Este foi um erro que Bismarck jamais teria cometido.

A terceira e mais difícil questão que os estrategistas devem levantar é: "Quais são os limites do poder militar?". Esta é, mais que qualquer outra, um espinho na garganta, especialmente na garganta dos americanos, cuja maior sina é a grandiosidade, e mais ainda na dos Oficiais americanos cujo credo profissional é melhor expressado em duas palavras: "Posso fazer". No entanto, existem muitas coisas que as Forças Armadas, por mais poderosas que sejam, não podem fazer. O Marechal de Campo Montgomery uma vez disse que "o primeiro princípio de guerra é não tentar caminhar até Moscou". Napoleão e Hitler tentaram e não conseguiram. Eles calcularam mal o terreno, a meteorologia e a vontade do povo russo. Portanto, o primeiro requisito para responder esta questão é o cálculo cuidadoso dos nossos próprios recursos, incluindo os de nossos aliados, e dos de nossos inimigos e seus aliados. A acuracidade nestes assuntos é difícil

de se obter e as chances de errar são grandes. A senha é, portanto, simples prudência.

Mas mesmo além da necessidade de cálculos prudentes, os sábios estrategistas reconhecerão que existem limites para o que simples forças militares podem executar. O objetivo da guerra, disse Clausewitz, é “impor nossa vontade sobre o inimigo” e a força física é o meio para isto. Mas isto não quer dizer que a vontade do inimigo em resistir será inversamente proporcional à quantidade de força física aplicada. Entre as duas grandes guerras, alguns defensores do poder aéreo estratégico estavam convencidos de que o bombardeamento maciço das cidades inimigas coagiria pelo terror a população-alvo a assumir uma rápida rendição. Os acontecimentos provaram ser esta teoria errada. O ataque sobre Londres não persuadiu Churchill a capitular, nem o bombardeamento maciço de Berlim induziu os alemães a se renderem.

No Vietnã, nossa esmagadora superioridade aérea produziu resultados ainda mais desapontadores. Por volta de 1971, mais de seis milhões de toneladas de bombas e outros artefatos tinham sido lançados do ar sobre a Indochina e, a despeito disso, os norte-vietnamitas e os vietcongs mantinham-se na luta. Esta foi, realmente, uma dispendiosa lição nos limites do poder militar.

A questão número quatro é simples: “Quais são as alternativas?” Quais são as alternativas para a guerra? Quais são as campanhas estratégicas alternativas, especialmente se aquela que nós escolhermos, como preferida, falhar? Como se deve terminar a guerra, favoravelmente, se as chances de vitória tornaram-se excessivamente pequenas?

Dos quatro elementos que compõem a atmosfera da guerra, de acordo com Clausewitz, dois são “incerteza” e “chance”. Conseqüentemente, incerteza e chance são inimigos naturais no “processo de planejamento militar”, Plano de Operações, estudo de Estado-Maior, cenários de jogos de guerra. Todos sofrem da mesma fraqueza inerente, isto é, todos eles são conjecturais. Eles devem supor uma seqüência exata de futuros eventos que poderão nunca acontecer. Não obstante, dessas frágeis suposições, são extraídos planos preciosos, estipulando em detalhes a locação, o movimento e as linhas de ação para uma vasta quantidade de homens, navios, aviões, tanques, armas e suprimentos. O que acontece se os eventos se desenrolam de modo diferente do esperado? Os sábios estrategistas terão, é claro, preparado planos alternativos. Mas mesmo estes podem não ser adequados ao caso. Aqui, como Clausewitz diz, é onde o gênio mili-

tar pode entrar em ação. O verdadeiro estrategista superior será, acima de tudo, flexível, se adaptará rapidamente às novas circunstâncias e tornará a desventura, sua própria vantagem.

Dois exemplos históricos ilustram a questão: um mau e outro bom.

Em 1.º de agosto de 1914, o grande Exército alemão começou sua mobilização contra a França e contra a Rússia, de acordo com um detalhado plano logístico que tinha sido há muito tempo organizado, antecipando-se às contingências. Naquela tarde chegou um telegrama a Berlim, sugerindo que, se a Alemanha mobilizasse seu contingente apenas na frente do Leste e cancelasse seu envolvimento contra a França, a Inglaterra permaneceria neutra. O Kaiser estava intrigado com a possibilidade de lutar nas duas frentes. Ele convocou a presença de seu Chefe de Estado-Maior, Helmuth Von Moltke, sobrinho do último Grande General Moltke, colega e rival de Bismarck. O Kaiser queria que o esforço de mobilização total fosse, naquele momento, mudado para a frente oriental, com urgência Moltke simplesmente respondeu: “Majestade, isto não pode ser feito”. Recuar o desdobramento de um milhão de homens e movimentá-los do Oeste para o Leste estava além da imaginação daquele capaz, mas muito rígido general prussiano. “Seu Tio, disse o Kaiser secamente, teria me dado uma resposta diferente”. E assim funcionou a máquina. Ao final, o Império Germânico foi destruído e o Kaiser perdeu seu trono.

Não obstante, o pensamento militar não tem sido tão inflexível. Um caso a ser assinalado é a não-invasão do Yap na 2ª Grande Guerra. Na conferência de Quebec, de setembro de 1944, os Chefes do Estado-Maior Combinado ordenaram ao General Mac Arthur que tomasse Morotai naquele mês, a Nimitz que tomasse Peleliu e, um mês depois, a ilha de Yap nas Carolinas. Ambos deviam convergir sobre Leyte, nas Filipinas, em dezembro. Como conseqüência, na frota do Pacífico, foram traçados detalhados planos, e, em setembro, uma Força-Tarefa procedente de Pearl Harbor reuniu-se, partindo para Yap. No momento em que os navios chegaram às Ilhas do Almirantado — um dos estágios, — o plano tinha sido modificado. A invasão de Yap deveria ser abandonada e a Força-Tarefa invadiria Leyte em outubro, dois meses antes do programado. Assim, novos planos logísticos foram iniciados, novas cartas foram emitidas, ordens de operações foram revisadas e Mac Arthur foi mandado de volta às Filipinas. Meu próprio navio foi um dos envolvidos naquela operação. Mesmo sendo jovem, eu

estava atônito, na época, pela velocidade e eficiência dessa maciça movimentação de equipamentos. Eu ainda estou. Esse foi um modelo de flexibilidade militar.

Deixem-nos voltar agora para outro aspecto de estratégia militar freqüentemente menosprezada pelos planejadores do Pentágono e, também, pelos estrategistas de gabinetes. Minha quinta questão é: "Até onde é forte a opinião da sociedade?". A opinião pública apóia a guerra e a estratégia militar empregada para lutá-la? Quais são as atitudes das elites influentes, tanto de dentro quanto de fora do governo instalado? A quanta pressão pode resistir a sociedade civil sob sacrifícios que o estado de guerra requer? A guerra é aceitável sob o aspecto moral? Ela pode ser explicada como sendo uma "guerra justa"?

Hoje em dia este aspecto é tão óbvio que quase não necessita elaboração. Nenhum de nós que viveu na época da guerra do Vietnã esquecerá o impacto da opinião pública sobre a estratégia militar. A revolta de estudantes, a defecção dos intelectuais, os assaltos aos estabelecimentos militares — todos são recentes recordações para serem postos à parte facilmente. Se a guerra do Vietnã ensinou-nos alguma coisa, é que, nos Estados Unidos pelo menos, nenhum governo pode sustentar uma guerra prolongada com sucesso, sem um forte apoio interno. Ditaduras podem ser capazes de se saírem bem, mas não democracias.

Todavia, antes de deixarmos a guerra do Vietnã, deixem-me fazer mais um ressalva a respeito. Pode ser que tenhamos aprendido suas lições excessivamente bem. Vietnã nunca acontecerá novamente, exatamente como aconteceu uma vez. E se esta Nação deve responder a todas as futuras crises internacionais com o simples slogan "Vietnã jamais", estaremos então em sérias dificuldades.

Isto me traz de volta minha observação inicial de que simples analogias históricas são, portanto, muito perigosas. Isto também me traz a sexta e última questão para os estrategistas, que nada mais é do que um alerta de Mahan, já observado. "A estratégia de hoje menospreza aspectos diferentes e exagera pontos semelhantes entre o passado e o presente?". Os sucessos e as falhas do passado exercem uma neurótica fixação que cega os estrategistas e os impedem de ver as novas circunstâncias que exigem novas e diferentes respostas?

Oficiais-Generais estão, constantemente, sendo acusados de lutar a última guerra ou de se preparar para lutar a guerra já terminada. E, algumas vezes, as acusações são justificadas. Deixem-nos observar breve-

mente o Exército francês de 1914-1915. Cegos pelo brilhantismo em face do rápido sucesso que tinha estado presente nas operações germânicas na guerra franco-prussiana, e relembrando as esplêndidas vitórias das colunas de infantaria de Napoleão, o Estado-Maior Geral Francês tinha se apaixonado pelo "princípio da ofensiva". Confiando exageradamente nesses dois modelos históricos, os franceses desenvolveram uma teoria de combate que igualava a vontade de vencer à vitória. Sua simples fórmula para o sucesso militar era "Atacar, atacar, atacar!" O que esta fórmula desprezou foi, é claro, a metralhadora. Milhares e milhares de soldados franceses vieram a morrer nos primeiros dois anos da guerra por causa desta omissão. A metralhadora, acrescida dos melhoramentos na arte do entrincheiramento desconhecida de Napoleão ou mesmo pelas tropas prussianas de 1870, tinha aumentado grandemente a vantagem da defesa tática sobre a ofensiva. Lá pelo fim da guerra, os franceses tinham aprendido aquela lição. Mas, talvez, a tenham aprendido em demasia. Subestimando o grande e novo poder ofensivo dos tanques e aviões, eles devotaram exagerados recursos à linha Maginot e confiaram tanto na estratégia defensiva, que terminaram sendo derrotados em 1940. A História não se repetiu.

Com esta infeliz observação, cheguei ao fim desta conferência. Todavia, deixem-me assegurar que não sou um pessimista. Não acredito que na guerra e na diplomacia, na estratégia e na política, o homem será para sempre condenado a repetir os erros do passado ou supervalorizá-los. A maioria deles, que eu relembrei aqui, tem sido, nas suas raízes, falhas da imaginação, falhas de inteligência. O problema estratégico é essencialmente um problema intelectual. E antes que ele possa ser conduzido, deve ser definido. E para definir o problema, devemos começar levantando as questões: Qual é o objetivo? Quais são os meios de atingi-lo? Eles estão disponíveis? Quais são os custos? E os benefícios? Quais são os perigos? Quais são as limitações? Como o público reagirá? As ações propostas moralmente são justificáveis? Quais as lições da experiência? Quais são as diferenças entre o passado e o presente?

E um alerta final para aqueles que se encontram no limiar de suas carreiras como planejadores militares. Após todos os seus planos terem sido aperfeiçoados, todas as avenidas exploradas, todas as contingências pensadas, então faça a você mesmo uma pergunta final: "O que eu desprezei?" Diga, então, suas preces e vá dormir, com o conhecimento de que o amanhã ainda trará suas desagradáveis surpresas.